

Água para governar, água para se eleger: políticas de saneamento e de desenvolvimento urbano em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil (1955-1965)

Water to Govern, Water to be Elected: Sanitation and Urban Development Policies in Belo Horizonte, Minas Gerais, Brazil (1955-1965)

Yuri Mello Mesquita

Mestre em História, Universidade Federal de Minas Gerais

Diretor do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte

yuri_mesquita@yahoo.com.br

Recebido: 3 de setembro de 2013

Aprovado: 9 de fevereiro de 2014

Resumo

Este artigo analisa as políticas públicas de saneamento básico em Belo Horizonte entre 1955 e 1965. Nesse período as obras de saneamento tiveram grande importância no cenário político da cidade ganhando mais espaço nos discursos oficiais e servindo ainda como um instrumento para obtenção de votos. Apesar disso, nesse período foi constatado aumento do déficit na distribuição de água em Belo Horizonte, provocado pelo rápido crescimento da população da cidade e pela precária infraestrutura de saneamento no município. Dessa forma, solução definitiva da falta d'água na capital de Minas Gerais tornou-se então uma obsessão dos políticos e dos cidadãos belo-horizontinos.

Palavras-chave

Belo Horizonte; saneamento; história ambiental urbana; políticas públicas

Abstract

This paper analyses the sanitary public policies of Belo Horizonte city between 1955 and 1965. In this period the sanitary works had great importance in the city's political scenario gaining space in official discourses and serving as a tool to gain voters. Nevertheless, the deficit in the water distribution system had increased in these years, caused by the city's fast population growth and by its poor sanitary infrastructure. Thus, the definitive solution of the water shortage became an obsession of the politicians and the citizens of Belo Horizonte.

Keywords

Belo Horizonte; sanitation; urban environmental history; public policies

Introdução

A partir do final dos anos 40, a situação sanitária de Belo Horizonte tornou-se cada vez mais crítica, com o arrebentamento de esgotos, falta de água, enchentes a cada chuva e um alto índice de doenças, como a esquistossomose e a gastroenterite. Com o crescimento cada vez mais acelerado da capital mineira, sobretudo entre 1950 e 1970, os serviços urbanos tornaram-se insuficientes, o lixo se acumulava pelas ruas, a polícia era incapaz de controlar a crescente criminalidade, as escolas não tinham vaga para novos alunos, as moradias tornaram-se escassas e os cemitérios não tinham espaço para nenhum defunto a mais.

Nesse contexto, em 1947, ocorreu a primeira eleição para prefeito da história do município, quando Octacílio Negrão de Lima assumiu o posto de chefe da municipalidade após vitória nas urnas. Anteriormente, Belo Horizonte foi administrada por um Prefeito e um Conselho Deliberativo, ambos nomeados pelo Executivo do estado. Somente em 1936 a cidade teve instituída uma Câmara Municipal eleita pelos seus habitantes, mas, um ano depois, em 1937, após o golpe do “Estado Novo”, a câmara foi fechada e o governo da cidade foi assumido por interventores.¹

Depois disso, após a queda de Getúlio Vargas, no intervalo democrático de 1945-1964, a nova dinâmica da cidade fez com que a municipalidade reconhecesse que a forma de administrar a capital deveria ser repensada. Várias gestões de prefeito, como a de Negrão de Lima (1948 – 1951), Américo Rennê Giannetti (1951 – 1954), Celso Mello de Azevedo (1955 – 1959), entre outros, fizeram o exercício de refletir sobre a urbe, com o intuito de melhorar sua estrutura e agilizar a administração pública. A cidade, contudo, expandia num ritmo muito mais rápido do que qualquer previsão, fazendo crescer também os problemas.

Octacílio Negrão de Lima, primeiro prefeito eleito de Belo Horizonte e Américo Renê Giannetti, o segundo, administraram Belo Horizonte em uma época de profundas mudanças, tanto na fisionomia da

¹ Guimarães, Berenice Martins. *Cafuas, barracos e barracões: Belo Horizonte, cidade planejada*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais (Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Universidade Cândido Mendes, 1991), 195; Relatórios anuais apresentados pelos prefeitos, 1899-1975. Acervo do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.

cidade, quanto na administração pública. A capital mineira cresceu de forma rápida e caótica provocando o surgimento de vários problemas enquanto outros, já existentes, se agravaram. Para tentar resolvê-los, era necessário dar uma nova dinâmica à municipalidade, criar novos planos e modificar a estrutura da administração. Octacílio Negrão de Lima (1948-1951) tentou descentralizar o centro de decisão do município, criando novas diretorias com relativa autonomia de ação. Américo Renê Giannetti (1951-1954) foi além e elaborou um detalhado Plano-Programa na tentativa de corrigir os problemas da capital e de modernizar profundamente a administração da cidade. Apesar do enorme fracasso inicial (a maioria dos problemas da cidade pioraram entre 1948-1955), essas iniciativas ofereceram um suporte, ou no mínimo um precedente, para as administrações futuras lidarem com os graves problemas de Belo Horizonte durante seu processo de metropolização.

Esse artigo analisará a municipalidade de Belo Horizonte a partir da administração de Celso Mello de Azevedo (1955-1959), até a gestão de Jorge Carone Filho (1963-1965), último prefeito do intervalo democrático em Belo Horizonte. Nesse período, as obras de saneamento tiveram grande importância no cenário político da cidade. As mesmas ganharam mais espaço nos discursos oficiais servindo ainda como um instrumento para obtenção de votos. O prefeito Amintas de Barros (1959-1963), por exemplo, recusou-se a transformar o DAE (Departamento de Águas e Esgotos) em uma autarquia, pré-requisito do BID para concessão de empréstimos na área de saneamento, pois com isso perderia o controle da gestão da água no município, para ele a maior fonte de votos para se eleger como deputado.² Apesar disso, nesse período foi constatado aumento do déficit na distribuição de água em Belo Horizonte, provocado pelo rápido crescimento da população da cidade e pela precária infraestrutura de saneamento no município. A solução definitiva da falta d'água na capital de Minas Gerais tornou-se uma obsessão dos políticos e dos cidadãos belo-horizontinos e, por isso, a análise das políticas de distribuição de água serão protagonistas desse artigo.

² Entrevista com Newton Vianna e Dalmo Vianna. Programa Cestas da Memória. Belo Horizonte, Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, 5 jun. 2009. Entrevista concedida a Yuri Mello Mesquita.

As eleições de 1954

Belo Horizonte, capital do Estado de Minas Gerais, metrópole emergente no cenário nacional, teve em 1954 um mês de outubro muito agitado. Pela terceira vez,³ os habitantes de uma das cidades que mais crescia no Brasil⁴ tinham a oportunidade de eleger seu prefeito. Quem quer que assumisse a municipalidade teria que enfrentar seriíssimos problemas: o crescimento desordenado; o aumento do valor das moradias devido à especulação imobiliária; o trânsito cada vez mais congestionado; as ruas esburacadas, a insuficiência dos serviços públicos; a falta de escola; a falta de vagas nos cemitérios; a insuficiência do sistema de recolhimento de lixo, que se acumulava nas esquinas; a precariedade do transporte público; as freqüentes enchentes; a defasada rede de esgotos; o alto índice de doenças como a gastroenterite e, principalmente, a falta crônica de água.

Entre os que se propuseram a enfrentar esses desafios, candidataram-se Celso Mello de Azevedo, pela Coligação Democrata (União Democrática Nacional - UDN, Partido Democrata Cristão - PDC, Partido Republicano - PR, Partido Trabalhista Nacional - PTN e Partido Libertador - PL); Amintas de Barros, pelo Partido Trabalhista Brasileiro – PTB (com o apoio do PSD e do PST); Décio Vasconcelos, pelo Partido Social Progressista e Adão Idelfonso, pelo Partido Republicano Trabalhista.⁵ Pelas normas eleitorais da época, o prefeito poderia se eleger para um mandato de quatro anos, sem possibilidade de reeleição. O vice-prefeito também seria escolhido diretamente pelo eleitor, podendo assim a cidade ter um vice eleito de uma coligação diferente daquela do prefeito. Entre os candidatos ao posto de prefeito, os únicos que tinham chance na disputa eram Celso Mello de Azevedo e Amintas de Barros. Este gozava de ligeiro favoritismo por ser mais conhecido e já ter disputado a última eleição para prefeito.

Amintas de Barros era formado em direito e se elegeu vereador em Belo Horizonte em duas ocasiões. Sua campanha priorizava a questão da falta de moradia, prometendo aprovar as plantas das

³ A primeira eleição em Belo Horizonte ocorreu apenas em 1947, cinquenta anos após a fundação da cidade, e elegeu Octacílio Negrão de Lima. Em 1950, na segunda corrida eleitoral pela municipalidade, foi eleito Américo Rennê Giannetti. Isso ocorreu pelo fato de Belo Horizonte não ter autonomia administrativa até a constituição de Minas Gerais de 1947, antes os prefeitos eram escolhidos pelo governador do estado.

⁴ Entre 1940 e 1960, Belo Horizonte passou de 211.377 habitantes para 693.328, um acréscimo populacional muito rápido, mas nada comparado à década seguinte, quando a cidade alcançou a marca de 1.235.030. Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

⁵ *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 12 set. 1959, 12.

“vilas” irregulares da cidade, em uma clara tentativa de atrair o eleitorado mais pobre. Em relação à abertura de loteamentos, Amintas defendia a adoção de novos critérios técnicos e responsabilidades por parte do proprietário do terreno, para evitar a criação de bairros sem os serviços públicos mais básicos. Além disso, uma das principais plataformas de campanha do candidato era o saneamento.

Já Celso Mello de Azevedo ressaltava sua formação de engenheiro e sua trajetória de empreiteiro. Segundo o candidato, Belo Horizonte possuía problemas técnicos que só um especialista poderia resolver: *“Os problemas técnicos da cidade exigem um engenheiro na prefeitura.”*⁶ Além disso, ele pedia a chance para um *“filho de Belo Horizonte”*, pois Celso era nascido na capital mineira, fato raro na política do município da época. Seu slogan era: *“Água! Alimentação! Transporte! Vida Barata!”*⁷. Os textos de sua campanha sempre apelavam para as necessidades do eleitor, elencando as principais:

Você precisa de mais água, de melhor transporte, de alimentação mais sadia, de vida mais barata, de mais conforto, maior segurança, de melhor futuro para os seus. Você não pode esperar milagres, mas pode e deve exigir um Prefeito capacitado tecnicamente para resolver ou orientar a solução desses problemas.⁸

Sua principal promessa era o reforço no abastecimento de água em 20 milhões de litros, além da reforma nos transportes públicos e nas vias de Belo Horizonte. Para a abertura e a reforma dessas ruas, além da construção de novos conjuntos habitacionais, Celso prometia usar seus próprios tratores em benefício do município. Segundo o candidato, a solução desses problemas era urgente, pois água, habitação e transporte eram *“os mais angustiantes problemas da cidade”*.⁹

Apesar de sempre citar pelo menos esses três problemas, era inegável que a questão da água mereceu atenção especial na candidatura de Celso Mello de Azevedo. No comício de quinta-feira, 30 de setembro de 1954, o grande destaque na fala do candidato foi o grave histórico de falta d’água em Belo Horizonte, intitulando essa parte do discurso de *“água, o terrível flagelo”*. Segundo o candidato: *“Não há*

⁶ *Diário de Minas*, 17 set. 1954, 6.

⁷ Publicidade da campanha de Celso Mello de Azevedo nos jornais: *Diário de Minas*, 1 out. 1954; *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 1 out. 1954.

⁸ *Diário de Minas*, 1 out. 1954, 10.

⁹ *Diário de Minas*, 1 out. 1954, 7.

como negar, não obstante os tremendos esforços de muitas das administrações anteriores, que a falta d'água ainda constitui terrível flagelo a penar sobre grande parte, senão a quase totalidade de nossa população".¹⁰

Azevedo continuou o discurso prometendo a ampliação da rede de distribuição de água, mas ressaltou que o desperdício notado nos bairros privilegiados por um abastecimento mais regular também deveria ser combatido para que *"os ricos não desperdicem o que falta na boca do pobre"*.¹¹

Após o comício de Celso Mello de Azevedo, o seu adversário, Amintas de Barros, elaborou resposta por meio de um discurso focado na solução desse problema. No sábado, dois de outubro de 1954, um dia após a publicação do pronunciamento de Celso, o comitê de Amintas de Barros vinculou propaganda nos jornais, em forma de notícia, com o seguinte título: *"No momento a água não está sendo distribuída na cidade. O que se distribui é a falta d'água."*¹² A publicidade em forma de matéria explica que a plataforma de Amintas estaria atenta a vários problemas de Belo Horizonte, mas principalmente ao abastecimento d'água: *"Manteremos, nesse grave problema, constante vigilância a fim de minorar o sofrimento da população."*¹³ Nessa mesma notícia, Amintas também abordou a questão do esgotamento sanitário e propôs a canalização do Rio Arrudas até as proximidades da estação General Carneiro, para fins urbanísticos e para aumentar a capacidade de emissão de dejetos no córrego. Além disso, o candidato afirmou que levaria água encanada e esgotos até as vilas da cidade, mesmo as mais distantes, que foram ignoradas por muito tempo nas questões de saneamento.

Pouco depois, em um pronunciamento proferido no dia 2 de outubro de 1954, no conjunto residencial IAPI, Amintas reiterou que a solução da escassez de água seria a prioridade de sua gestão. No mesmo discurso, o postulante a prefeito afirmou que sua administração seria orientada *"no sentido de ampliar a rede de águas e esgoto"*, melhorando assim o saneamento de Belo Horizonte.¹⁴

Como relatado, a discussão sobre a rede de água e esgotos foi um ponto central da campanha de todos os candidatos, mesmo entre os que não tinham chances de se eleger, e se intensificou no final da

¹⁰ O discurso do comício foi transcrito nos jornais em matérias pagas pelo Comitê de Campanha de Celso Mello de Azevedo. *Diário de Minas*, 1 out. 1954, 7.

¹¹ *Diário de Minas*, 1 out. 1954, 7.

¹² *Diário de Minas*, 2 out. 1954, 2 e 6.

¹³ *Diário de Minas*, 2 out. 1954, 2 e 6.

¹⁴ *Diário de Minas*, 2 out. 1954, 2 e 6.

disputa. Esse fato evidencia, mais uma vez, como o saneamento, principalmente em relação ao acesso à água, era importante no discurso eleitoral em Belo Horizonte nesse período, servindo, além disso, como forte instrumento de barganha política na cidade.

A corrida eleitoral de 1954, apesar de ter começado morosa e de ficar ausente das regiões mais afastadas do centro da cidade, terminou agitada pela discussão sanitária, principalmente em relação ao abastecimento de água. Além disso, a governança do líquido passou a ser ponto estratégico para os candidatos a prefeito e a vereador de Belo Horizonte. Mesmo sendo um problema antigo da capital, é inegável que a questão da água ganhou novos contornos a partir da década de 1950, pela piora do quadro sanitário da cidade, pelo crescimento vertiginoso da população, pela luta e mobilização maior pela água por parte dos cidadãos e pela inserção de um discurso desenvolvimentista cada vez mais forte nas obras de saneamento em Belo Horizonte.

O resultado da eleição foi divulgado em novembro, com a vitória de Celso Mello de Azevedo, com 51.676 votos, contra 42.514 de Amintas de Barros.¹⁵ Antes mesmo de assumir a prefeitura, fato que só ocorreu em fevereiro de 1955, Azevedo, em pronunciamento no dia 09 de dezembro de 1954, afirmou que já estava trabalhando para resolver problemas urgentes da cidade. Dentre essas questões, a distribuição de água foi a que mais ocupou espaço no discurso. Segundo o prefeito eleito, seu governo terminaria as obras de abastecimento do *“precioso líquido”* iniciadas ou planejadas na última gestão, mas, para realizar esses custosos empreendimentos, a municipalidade precisaria da ajuda dos governos federal e estadual, fato já cobrado por Américo Rennê Giannetti, o prefeito de Belo Horizonte entre 1951 e 1954, no seu Plano Programa.¹⁶

Logo após Celso Mello assumir a Prefeitura de Belo Horizonte, os cidadãos se mobilizaram em outra disputa eleitoral, a corrida pela presidência. Na capital mineira, assim como em todo o estado, Juscelino Kubitschek tinha ampla vantagem em relação ao seu rival e suscitava um grande otimismo nos

¹⁵ *Diário de Minas*, 10 nov. 1954, 5.

¹⁶ *Diário de Minas*, 10 dez. 1954, 3.

eleitores. Ao se apresentar como “*homem do presente e do futuro*”,¹⁷ a campanha de JK era permeada por um forte discurso desenvolvimentista, comprado por grande parte dos brasileiros que o elegeram presidente. Juscelino dizia que desejava “*abrir uma época realmente nova para o Brasil*” e, para planejar esse projeto de desenvolvimento, contou (e muito) com os estudos cepalinos, principalmente no Plano de Metas.¹⁸ Após o advento e a sistematização teórica estruturalista da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe)¹⁹ houve um enorme incentivo para o planejamento das economias latino-americanas. A partir desse fato, surgiram elaborados planos de desenvolvimento na América Latina, com ênfase na industrialização, na construção de infraestrutura e na intervenção estatal na economia.

Os governos de Juscelino como Governador de Minas Gerais e como Presidente da República demonstram claramente essa tendência cepalina de intervenção econômica para o progresso. Entretanto, não se pode dizer que esse movimento criou um “capitalismo brasileiro autônomo”. Segundo Ianni, por meio dos modelos desenvolvimentistas brasileiros, que se intensificaram com a sistematização cepalina, ocorreu uma redefinição da economia brasileira no cenário político mundial. Como resultado, o Brasil se tornou mais importante na política internacional, embora houve o aumento da dependência do capital externo, reforçando o dependentismo e a desigualdade social.²⁰

Segundo Diniz, Minas Gerais exemplificou, pelo seu pioneirismo nas políticas de desenvolvimento e pela experiência do “binômio energia e transportes” de Juscelino, o capitalismo brasileiro, unindo a modernidade do crescimento econômico, a injustiça social, a forte intervenção estatal e a atração do

¹⁷ Essa máxima da campanha de JK veio, também, em resposta às insinuações de que o candidato mineiro seria um “novo Getúlio Vargas”.

¹⁸ *Diário de Minas*, 11 mar. 1955, 1.

¹⁹ Órgão, vinculado ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (Ecosoc), publicou diversos estudos entre o final da década de 1940 e o início da década de 1950. Neles o atraso relativo da América Latina foi explicado pelas relações de trocas internacionais nas quais o “centro”, por reter os frutos do progresso técnico, por exportar bens industrializados de maior valor agregado e por possuir melhor organização social e sindical, se beneficiava com as trocas com a “periferia”, que exportava bens primários de baixo valor agregado cujos preços não subiam com o aumento da demanda e sempre caíam quando a procura pelos mesmos reduzia. A única saída desse ciclo vicioso de trocas desfavoráveis seria o desenvolvimento econômico por meio da industrialização e aumento da produção de bens tecnológicos de alto valor. Segundo essa visão, na ausência de uma burguesia forte para tocar o projeto industrial na América Latina e pela escassez de recursos econômicos e técnicos, era necessária a ação do Estado.

²⁰ Ianni, Otávio. *Estado e planejamento econômico no Brasil, 1930-1970* (São Paulo: Paz e Terra, 1979); Diniz, Clélio Campolona. *Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira* (Belo Horizonte: Editora UFMG, 1981); Eakin, Marshall C. *Tropical Capitalism. The Industrialization of Belo Horizonte, Brazil* (New York: Palgrave, 2001).

capital estrangeiro sob a tutela do estado. Para Eakin, Belo Horizonte e Minas Gerais resumiam as características do Brasil e da América Latina, que o autor chamou de “capitalismo tropical”. Esse modelo de capitalismo possuía forte intervenção do estado, clientelismo, poder das redes familiares (principalmente nas longas linhagens políticas de Minas Gerais) e a falta de inovação tecnológica local, com preponderância da transferência de tecnologias defasadas dos países de origem.²¹

Outro fator chave do “capitalismo tropical” brasileiro foi a forte tendência rodoviarista. A ênfase na construção e na pavimentação rodoviária pensada como crucial para o escoamento da produção foi ponto central dos governos de Juscelino Kubitschek, como Governador e como Presidente. Essa tendência reforçou o papel do asfalto e do automóvel no progresso e redefiniu o papel desses agentes nos cenários urbanos em todo o Brasil.²²

O automóvel representava nessa época uma ferramenta de integração nacional e as regiões centrais do Brasil poderiam ser conquistadas e habitadas por meio da estrada. A indústria automobilística seria ainda um vetor de criação de empregos e industrialização, trazendo modernidade, tecnologia e progresso para o Brasil, que ansiava tornar-se uma nação industrial e desenvolvida. O automóvel, para os gestores públicos brasileiros, tornou-se, principalmente na segunda metade do século XX, uma alternativa viável para o progresso e logo virou sinônimo de modernidade e desenvolvimento.

Em Belo Horizonte, essa forte tendência automobilista foi o elemento determinante na eliminação dos rios do cenário da cidade. No *boom* de canalização de córregos dos anos 1960, o principal argumento para as obras era a ampliação da camada de asfalto, que daria lugar para o automóvel na cidade, representando progresso e embelezamento urbano. Desde o princípio do período estudado no artigo, a defesa desse tipo de intervenção urbana está presente nas fontes oficiais da prefeitura e nos jornais da cidade.

Num primeiro momento, no final da década de 1940 e no início da década de 1950, o discurso para a canalização era embasado pela necessidade de sanear as regiões por onde passavam os córregos

²¹ Diniz, *Estado e capital estrangeira*, Eakin, *Tropical Capitalism*, 3-8.

²² Eakin, *Tropical Capitalism*, 3-8.

e evitar enchentes. A partir de meados da década de 1950, o discurso desenvolvimentista ficou cada vez mais evidente em todos os tipos de obras de saneamento realizadas na capital mineira. Nas obras de canalização a partir do início da década de 1960 isso ficou ainda mais claro, principalmente como justificativa para a modernização da cidade com a ampliação da malha asfáltica e na consequente melhoria dos graves problemas de trânsito. Todavia, essa nova proposta de canalização ainda não teve destaque durante o governo de Azevedo, que priorizou o combate as doenças sanitárias, o planejamento a longo prazo, o reaparelhamento da estrutura administrativa do município e o abastecimento de água.

Nas próximas páginas, a coleção dos Relatórios de Prefeitos, disponível no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH), será um dos principais conjuntos documentais utilizados para enfrentar a falta de literatura histórica sobre política em Belo Horizonte na década de 1950. Os relatórios apresentam as atividades realizadas durante o ano administrativo sob o ponto de vista de seus autores, que sempre elaboram um discurso positivo sobre as suas realizações. Esse discurso oficial é um dos elementos mais importantes desses documentos, pois evidenciam as preferências políticas de cada gestão, além de mostrar os ideais e prioridades de cada prefeito.

A partir dos relatórios, será possível situar as circunstâncias em que as obras de canalização e saneamento foram feitas, onde elas foram realizadas, como foram financiadas, se houve apoio de capital estrangeiro, entre outros fatores. Os relatórios são riquíssimos também por apontar a direção pretendida por cada um dos prefeitos da cidade. Por meio deles, podemos notar a construção de alianças políticas entre a Prefeitura, o Estado e a União, bem como acusações e transferência de responsabilidades pelos problemas da capital entre os administradores públicos. Por último, é interessante ressaltar que, mesmo sendo documentos oficiais, os graves problemas urbanos não são completamente omitidos dos relatórios.

A gestão Celso Mello de Azevedo (1955 – 1959). Racionalização da gestão pública, impulso para o desenvolvimento e o início do projeto da Adutora do Rio das Velhas.

A gestão de Celso Mello de Azevedo é paradigmática para a análise dos anos 1950 e o processo de metropolização de Belo Horizonte. A expansão da Cidade Industrial, nos anos 1950, contribuiu para a intensificação do êxodo rural e para o conseqüente aumento populacional da capital mineira. O processo de verticalização do centro da cidade passou a ser progressivamente mais visível, assim como o crescimento das vilas e favelas em bairros periféricos, com carências e precariedades cada vez mais acentuadas, escancarando a desigualdade de renda e a segregação do espaço urbano.²³

Ao assumir a municipalidade, no início de fevereiro de 1955, Azevedo deu continuidade ao processo de reestruturação do aparelho administrativo de Belo Horizonte, processo muito presente nas gestões de Octacílio Negrão de Lima (1948-1951) e Américo Rennê Giannetti (1951-1954). O prefeito recém-eleito continuou a promover o estudo da cidade e de sua nova (e problemática) dinâmica. Entretanto, a prefeitura estava em difícil situação financeira e possuía um corpo funcional despreparado para resolver as urgentes questões urbanísticas da capital de Minas.²⁴

Apesar das tentativas de elaboração de planos mais sistemáticos nas gestões de Octacílio Negrão de Lima (12/12/1947 - 01/02/1951) e Américo Rennê Giannetti (01/02/1951 - 06/09/1954), a municipalidade não tinha em sua estrutura órgãos de planejamento e fiscalização. Além disso, faltavam aparelhos administrativos eficientes para cuidar de serviços fundamentais para a nova metrópole. Por causa desses fatores, somados à crise financeira, Belo Horizonte parecia um canteiro de obras paradas, que deixavam buracos e transtornos para os cidadãos.²⁵

²³ PLAMBEL. *A estrutura urbana da RMBH*. o processo de formação do espaço urbano. Vol. 1 (Belo Horizonte: PLAMBEL, 1986), 50-80.

²⁴ Kamel, Roberto Chafik Abu. *Gestão municipal e o processo de organização do espaço urbano da cidade de Belo Horizonte, 1894-1960* (Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2007), 168.

²⁵ Vários jornais do período e até mesmo os documentos oficiais, como os relatórios de prefeito e os discursos na Câmara Municipal, evidenciam essa questão. Um exemplo é o jornal Diário de Minas, de domingo, 13 mar. 1955. Na página 21, o periódico reclama da falta de planejamento da municipalidade, da falta de conclusão de diversas obras e cita alguns dos problemas: “Buracos de grande profundidade ameaçam tragar transeuntes, a falta de iluminação pública causa inquietação às famílias, (...) esgotos entupido no centro da cidade, entre várias outras questões”.

O planejamento da cidade era ainda mais difícil se levarmos em conta o enorme crescimento populacional do período. Entre 1950 e 1960, Belo Horizonte passou de 352.725, para 693.328 habitantes, quase dobrando de população.²⁶ Os jornais da cidade não cansaram de noticiar essa “*fabulosa expansão*” e frequentemente afirmavam que o crescimento desenfreado era um complicador para o planejamento urbano²⁷:

A fabulosa expansão de Belo Horizonte, que é hoje uma das principais cidades do Brasil, torna falhos quaisquer planejamentos sobre os serviços de utilidade pública. Cidade construída para a residência ideal de 200 mil habitantes²⁸, ela cresceu, agigantou-se, expandiu-se de tal forma que todos os seus empreendimentos públicos tornaram-se atrofiados e ineficazes dentro de pouco tempo.²⁹

Para tentar reverter esse quadro, Celso Mello de Azevedo, de acordo com suas próprias palavras, procurou “*racionalizar*” a administração pública. Essa tarefa seria realizada através da capacitação dos servidores, estruturação de órgãos da administração pública e por meio da elaboração de planos de longo prazo com o apoio do governo do Estado e do governo Federal.

Dessa forma, a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) buscou parcerias com universidades e instituições de ensino, como a Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP), para capacitar os funcionários públicos. Nesse programa, foram enviados servidores para os Estados Unidos, através de convênio com o *International Cooperation Administration* (ICA).³⁰ Entre os técnicos capacitados ao longo dos anos, vários eram engenheiros sanitários.

A criação, em 1955, do Curso de Especialização em Engenharia Sanitária da Universidade Federal de Minas Gerais foi outro fator de grande importância, ajudando a criar um grupo de técnicos especializados no assunto em Minas Gerais. O projeto foi liderado pelo sanitarista Lincoln Continentino e

²⁶ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censos demográficos de 1950 e 1960.

²⁷ *Diário de Minas*, 10 mar. 1955, 5.

²⁸ O jornal considera o projeto, mas na prática não foi bem assim. Um dos projetos da cidade dava conta de 200 mil habitantes, mas o prazo apertado e a falta de recursos provocaram uma adaptação do projeto para inaugurar uma cidade que seria capaz de abrigar, inicialmente, 30 mil habitantes. Mesmo assim, a cidade foi entregue inacabada e sem alguns serviços urbanos essenciais.

²⁹ *Diário de Minas*, 10 mar. 1955, 5.

³⁰ A *International Cooperation Administration* (ICA) foi estabelecida pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos (U.S. State Department) em 1955. Esse órgão, extinto em 1961, foi responsável pela coordenação de ações de ajuda externa. Ver: National Archives - Records of U.S. Foreign Assistance Agencies, 1948-1961. <http://www.archives.gov/research/guide-fed-records/groups/469.html>, consulted 19 jun. 2013.

contou com a ajuda de diversos órgãos, como a Organização das Nações Unidas e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Esses engenheiros especializados seriam de vital importância para a realização dos planos de longo prazo de saneamento básico em Belo Horizonte, tão propalados pelo prefeito. E a necessidade era premente, haja vista a delicadíssima situação da rede de esgotos e abastecimento de água da cidade. No início da gestão de Azevedo, a capital de Minas era abastecida com 94 milhões de litros de água/dia, mas a população de cerca de 500 mil habitantes necessitava de cerca de 150 milhões de litros/dia. O déficit era, portanto, superior a 50 milhões de litros diários e aumentava em proporções alarmantes. Além disso, não havia regularidade no abastecimento, alguns bairros passavam longos períodos sem o “*precioso líquido*” e a pouca água disponível não era tratada e possuía “*aspecto duvidoso*”.³¹

O problema era tão grave que vários jornais publicavam reclamações de leitores exigindo a melhoria do abastecimento de água. Em 20 de fevereiro de 1955, por exemplo, o Diário de Minas publicou várias cartas de cidadãos sobre o assunto. Dentre elas, destacou-se a correspondência do belo-horizontino Alberto Martins, que durante um mês não pode oferecer aos seus hóspedes “*a oportunidade de um banho*”. Alberto, que morava no Rio de Janeiro, mas passava férias no bairro Floresta, relatou que conhecia várias capitais do Brasil, embora nenhuma passava por “*tal calamidade*” quanto Belo Horizonte. As charges sobre a falta de água também foram destaque nos jornais da época. Os desenhos apresentavam hipérboles cômicas sobre a situação dos habitantes da capital mineira, que sofriam com a falta crônica de água, como o exemplo abaixo, publicado no Diário de Minas em 20 de março de 1955.³²

³¹ Fundação João Pinheiro. *Saneamento básico em Belo Horizonte: trajetória em 100 anos – os serviços de água e esgoto* (Belo Horizonte: FJP, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1997), 170; *Diário de Minas*, 18 fev. 1954, 3.

³² *Diário de Minas*, 20 fev. 1955, 21; *Diário de Minas*, 20 mar. 1955, 20.



Imagem 01. Charge publicada no *Diário de Minas*, 20 mar. 1955. Diálogo: “*Você quer tirar água do filtro? Não. Quero refrescar o ambiente com ar comprimido*”. Hemeroteca Histórica do Estado de Minas Gerais.

Nesse contexto de grave crise de abastecimento de água, a municipalidade decidiu investir em uma pesquisa para a “solução definitiva” da falta do líquido. Assim, em janeiro de 1956, uma comissão é nomeada pelo prefeito com os seguintes membros: o diretor do Departamento de Águas e Esgotos (DAE) Saul Macedo, os professores Álvaro Andrade e Lincoln Continentino, da Escola de Engenharia da Universidade de Minas Gerais, e Carvalho Lopes (professor da Escola de Minas da Universidade do Brasil). O grupo tinha como objetivo indicar a fonte de suprimento mais adequada para realizar um grande reforço de abastecimento de água para Belo Horizonte.³³

³³ Ministério do Interior, Brasil. Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS). *Abastecimento de água de Belo Horizonte*. Sistema adutor do Rio das Velhas (Brasília: DNOS, 1973), 4; Fundação João Pinheiro. *Saneamento básico*, 160-180.

A Comissão Especial do Novo Abastecimento, como foi chamada, logo no início dos trabalhos desaconselhou a captação de mananciais pequenos, pois estes não dariam resultados satisfatórios ao longo do tempo, como ocorria com os ribeirões captados na cidade. Era preciso, portanto, a captação de um grande manancial que resolvesse o problema imediato de falta d'água e que fosse capaz de atender à cidade por um bom tempo, mesmo com a expansão demográfica. Dessa forma foram estudadas as possibilidades de captação de vários rios. Os mais promissores, segundo a Comissão, eram o Rios das Velhas, o Rio do Peixe, o Ribeirão Bonito e o Rio das Pedras (o último foi estudado posteriormente).³⁴

A Comissão considerou a captação do Rio das Pedras a opção mais conveniente. A adutora seria construída a partir de uma barragem da Companhia Energética de Minas Gerais S.A. (CEMIG) que seria desativada. Apesar da distância de 42 quilômetros da capital, o Rio das Pedras apresentava uma série de vantagens em comparação com as outras opções. Dentre elas, a maior qualidade da água, a vazão regular e a economia na compra de energia elétrica para a construção da adutora, que seria adquirida na própria usina da barragem. Mesmo com a vontade da municipalidade, não houve acordo com a CEMIG para o uso da represa. Depois de descartar o Rio das Pedras, o Rio dos Peixes também foi considerado inadequado pela prefeitura, restando o Rio Paraopeba e o Rio das Velhas.³⁵

Ambos os rios estavam poluídos devido ao crescimento das cidades perto de suas margens e ao desmatamento das matas ciliares. O Rio das Velhas, apesar da contaminação de suas águas, foi o escolhido pela menor distância da capital. Nas palavras de Saul Macedo: *“Entre o Rio Paraopeba e o das Velhas, ganha este último pela menor distância, uma vez que a elevação é sensivelmente a mesma e as águas de ambos são poluídas”*.³⁶

A decisão de escolher o Rio das Velhas não foi consensual na Comissão e não agradava plenamente nem mesmo os engenheiros da municipalidade. Segundo o sanitarista Newton Vianna, que trabalhou no DAE e na obra da Adutora do Rio das Velhas, o próprio Saul Macedo não era um entusiasta

³⁴ Vianna, Newton dos Santos. *Belo Horizonte: seu abastecimento de água e sistema de esgotos 1890 – 1973* (Belo Horizonte: 1997), 59.

³⁵ Entrevista com N. Vianna, e D. Vianna, 5 jun. 2009; Vianna, *Belo Horizonte*, 59-63.

³⁶ Vianna, *Belo Horizonte*, 59.

da solução escolhida. Entretanto, o chefe do DAE a indicou por ser a que cumpria mais de perto as determinações das instancias superiores (PBH e Departamento Nacional de Obras de Saneamento - DNOS). Lincoln Continentino, por sua vez, julgou a captação do Rio das Velhas como inapropriada e difícil devido à poluição do afluente do Rio São Francisco.³⁷

A captação do Rio das Velhas foi estimada como a de menor custo pela Comissão. Mesmo assim, o valor da obra era enorme para ser bancada exclusivamente pela municipalidade. O orçamento e a grandiosidade da operação eram muito superiores a qualquer obra que a prefeitura fez desde que ganhou autonomia em 1947. Era necessário, portanto, a ajuda financeira do Governo Federal, através do DNOS, e de bancos nacionais e estrangeiros, tipo de operação apelidada por Eakin de “tripla-aliança”.³⁸ Esse modelo tornou-se muito popular no financiamento das políticas desenvolvimentistas em Minas Gerais durante a ditadura militar (1964 – 1985).

Essa obra inaugurou uma nova era nas políticas de saneamento básico em Belo Horizonte e demorou quase 20 anos para ficar pronta. Foi a prioridade de todos os prefeitos desde então, mas estava constantemente atrasada devido à falta de recursos e à dificuldade de perfurar o trecho do Túnel do Taquaril que passa por dentro da Serra do Curral.³⁹

A Adutora do Rio das Velhas, além de prometer a solução para um dos principais problemas de Belo Horizonte, é paradigmática para a análise dos bastidores da política belo-horizontina no período proposto, não só no que se refere ao saneamento básico, mas também na forma como os administradores da capital lidaram com a população da cidade. Durante os 17 anos de sua realização, vários sentidos foram atribuídos à obra, tendo sido, inclusive, motivo para diversas discussões relacionadas ao meio ambiente em Minas Gerais.

Durante o período estudado, muito se aventou sobre as causas da seca na cidade. Além do crescimento vertiginoso da população, o desmatamento das nascentes dos rios contribuiu para a diminuição da vazão dos córregos, provocando a redução dos níveis dos reservatórios de água do

³⁷ Entrevista com N. Vianna, e D. Vianna, 5 jun. 2009; Vianna, *Belo Horizonte*, 59-63.

³⁸ Eakin, *Tropical Capitalism*, 129.

³⁹ Vianna, *Belo Horizonte*, Fundação João Pinheiro, *Saneamento básico*.

município e o aumento da temperatura da cidade. A poluição dos rios e do ar também era preocupante. O problema progressivo da seca fez crescer a pressão sobre o município para o término da Adutora, obra vendida como uma redenção para Belo Horizonte, que daria para a cidade água em abundância, um dos principais elementos ausentes para que ela efetivasse seu potencial progressista.⁴⁰

Na gestão de Celso Mello, além do início dos trabalhos da obra da Adutora do Rio das Velhas, foram construídos os reservatórios do Carapuça (localizado no bairro Pompéia), do Cruzeiro, da Concórdia, em 1956,⁴¹ e o do Morro Redondo, inaugurado mais tarde, alimentado pelas águas captadas nos rios dos Fechos e do Mutuca.⁴² Azevedo ressaltou, em matéria paga publicada no natal de 1956, que o “*tormentoso setor da água*” deveria ser prioridade, mesmo com os enormes problemas financeiros do município, para evitar uma situação calamitosa:

Não obstante as impossibilidades de ordem material, o prefeito não se deteve na solução de certos problemas, entre os quais o da água, que ameaça transformar-se em calamidade. Belo Horizonte caminhava rapidamente para uma situação desesperadora, com o líquido desaparecendo de todas as torneiras.⁴³

Essa solução, entretanto, só viria definitivamente através de um plano inteiramente novo de abastecimento, o sistema da Adutora do Rio das Velhas, obra que já tinha seus estudos iniciados. Entretanto, a matéria termina em um sutil tom pessimista ao argumentar que a Adutora era um empreendimento muito grandioso para a municipalidade “*que não se executará com menos de 500 milhões*”, necessitando, portanto, da ajuda do Governo Federal, que “*prometeu contribuir*”.⁴⁴

⁴⁰ Essa noção redentora da Adutora do Rio das Velhas, bem como a concepção de que uma cidade como Belo Horizonte precisava de boas condições sanitárias, principalmente em relação ao abastecimento de água, para atingir seu potencial de desenvolvimento, está presente nos relatórios de prefeitos, disponíveis no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, e nos discursos dos administradores de Belo Horizonte, publicados em jornais no período estudado. Ver também: Fundação João Pinheiro, *Saneamento básico*, Kamel, *Gestão Municipal*, Entrevista com N. Vianna, e D. Vianna, 5 jun. 2009; Vianna, *Belo Horizonte*, 59-63; Mesquita, Yuri. “Os Rios e a Cidade, espaço, sociedade e as políticas públicas em relação ao saneamento básico em Belo Horizonte, 1964 – 1973,” in *Espacialidades*, Revista Eletrônica dos Discentes do Mestrado em História da UFRN, Dossiê História, espaço e imagens, Natal, 3, 2 (2010).

⁴¹ Prefeitura de Belo Horizonte. *Relatório Anual de 1956 [Celso Mello de Azevedo]*. Relatório (Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1956).

⁴² O reservatório do Morro Redondo foi inaugurado antes da sua estação de tratamento, todas as etapas dessa obra podem ser acompanhadas nos relatórios da gestão de Celso Mello de Azevedo e Amintas de Barros, entre 1954 e 1961, e nas fotografias do Fundo de Assessoria de Comunicação do Município, ambos disponíveis no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.

⁴³ *Diário de Minas*, 25 dez. 1956, 3-4.

⁴⁴ *Diário de Minas*, 25 dez. 1956, 3-4.

Outra grande preocupação de Azevedo durante toda sua gestão foi o combate às doenças de propagação hídricas, como a esquistossomose⁴⁵ e a gastroenterite⁴⁶. Nos verões de cada ano, a moléstia fazia várias vítimas, principalmente crianças mais carentes, moradoras das vilas e favelas da capital, onde o sistema de saneamento básico era precário ou inexistente. Em dezembro de 1956, cerca de cinco óbitos eram registrados diariamente devido ao surto de gastroenterite na capital, transformando a doença na maior *causa mortis* infantil da capital.

Devido a esses números assustadores, a enfermidade teve grande destaque nos jornais belo-horizontinos, que buscavam analisar as causas da epidemia na Capital Mineira. Os especialistas entrevistados pelos periódicos foram unânimes em dizer que a patologia era causada pelas péssimas condições sanitárias, principalmente nas vilas e favelas. Entretanto a falta de água tratada era o fator que mais contribuía para a moléstia. Sem o líquido de qualidade, as famílias não tinham como realizar os atos mais básicos de higiene, como lavar as mãos, os alimentos, as vasilhas, etc. Além do mais, muitos habitantes da cidade tinham que buscar o precioso líquido nos únicos locais em que poderiam obtê-lo, ou seja, nos poluídos córregos da capital.⁴⁷

Para combater a doença, a prefeitura criou o Conselho de Profilaxia e Combate à Gastroenterite, com o objetivo de levantar as áreas de maior incidência da moléstia e indicar as medidas necessárias para combatê-la.⁴⁸ Entretanto, a gastroenterite continuou a ser uma das principais causas de mortalidade infantil em Belo Horizonte e chegou ao seu ápice de contaminações na década de 1960.

⁴⁵ A esquistossomose é uma doença crônica causada por platelmintos parasitas e multicelulares do gênero *Schistosoma*. No Brasil, a doença é causada pelo *Schistosoma mansoni* que tem a espécie humana como hospedeiro definitivo e caramujos de água doce como hospedeiros intermediários. Pessoas contaminadas transmitem a doença por meio das suas fezes e urina, que contém ovos do parasita, quando estas atingem rios, córregos e outros ambientes de água doce, onde contaminam o caramujo. Os ovos também podem atingir os córregos pelas enxurradas e pelo esgoto não tratado. A doença é comum em áreas com pouco saneamento básico.

⁴⁶ A gastroenterite, também conhecida por gastroenterite, é uma Infecção provocada por bactérias e vírus que atacam o estômago e o intestino, causando náusea, vômito, diarreia moderada a intensa e perda de apetite causando desidratação. A doença pode matar e é particularmente perigosa a crianças e idosos. A causa da grande incidência da doença em Belo Horizonte nos verões de toda a década de 1960 foram as péssimas condições sanitárias da cidade, além da poluição da água consumida pelos belo-horizontinos, principalmente os de menor renda.

⁴⁷ *Diário de Minas*, 5 dez. 1956; *Diário de Minas*, 8 dez. 1956.

⁴⁸ Belo Horizonte. *Lei 568/56, 6 set. 1956*. "Altera e amplia dispositivos da lei nº. 519, de 29-11-55 e dá outras providências," in Prefeitura de Belo Horizonte, *Relatório anual*, 1956.

Outro importante ponto de governo de Azevedo foi a busca da “racionalização” da estrutura administrativa, o conhecimento da cidade e o planejamento.⁴⁹ Ao completar um ano de gestão, o prefeito fez um balanço das suas realizações no comando da municipalidade no relatório apresentado à Câmara Municipal de Belo Horizonte e através de matérias pagas, que foram publicadas em quase todos os jornais do município. Azevedo explicou que assumiu a prefeitura com uma receita de 185 milhões de cruzeiros e uma despesa, só para pagamento de funcionalismo, de 240 milhões de cruzeiros. A péssima saúde financeira do município era ainda mais delicada em decorrência dos graves problemas que não *contavam “com nenhum recurso financeiro para solucioná-los”*. Devido a essa situação, segundo Azevedo, seria necessário uma criteriosa aplicação do dinheiro público, o reajuste dos impostos municipais, a reestruturação da prefeitura e o conhecimento mais profundo da cidade, dos seus bairros e das suas novas vilas e favelas.⁵⁰

Assim, Azevedo promoveu grande esforço no sentido em estabelecer um planejamento a longo prazo que ordenasse o crescimento da cidade. Nesse sentido, a prefeitura sancionou no final de 1957 a lei do “Levantamento Geral de Belo Horizonte”.⁵¹

Em palestra realizada no mês de dezembro de 1957, no início das comemorações do 60º aniversário da capital, Azevedo afirmou que *“a cidade precisa conhecer a si mesma a fim de planejar o seu futuro”*. O prefeito continuou dizendo que Belo Horizonte passou por um crescimento vertiginoso e, por isso, pouco se conhecia sobre a capital de Minas, *“tirando o domínio comum”*. As administrações passadas, segundo Azevedo, trabalharam incessantemente para o progresso da capital, mas ainda não teriam compreendido a essência da vida na metrópole: *“Temos amado a cidade, sem a preocupação de compreendê-la, eis que desconhecemos as exatas condições de seu espantoso crescimento”*. Segundo o líder da municipalidade, os impulsos da expansão urbana *“são desordenados e criam problemas de natureza delicada, alguns quase insolúveis”*. Além disso, os benefícios do crescimento da cidade foram

⁴⁹ Azevedo, Celso Mello de. “Reorganização Administrativa,” in Prefeitura de Belo Horizonte, *Relatório anual*, 31-36.

⁵⁰ Prefeitura de Belo Horizonte. *Relatório de 1955 apresentado à Câmara Municipal pelo prefeito Celso Mello Azevedo em fevereiro de 1956*. Relatório (Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1956); *Diário de Minas*, 2 fev. 1956.

⁵¹ Prefeitura de Belo Horizonte. *Relatório de 1957 apresentado à egrégia Câmara Municipal pelo prefeito Celso Mello Azevedo em fevereiro de 1958*. Relatório (Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1958), 2/2 e 2/3.

“*divididos entre os belo-horizontinos de forma desigual*”. Por todos esses motivos, Azevedo considerava extremamente necessário a realização de um plano diretor para orientar o crescimento da urbe. Esse instrumento transcenderia seu mandato e serviria também para as administrações seguintes.⁵²

Poucos dias depois, a divulgação de uma das etapas do plano de Azevedo, que foi chamada de “1º censo municipal”, começou a circular pelos meios de comunicação de Belo Horizonte. Em uma propaganda de jornal, a municipalidade pediu colaboração dos munícipes para que o censo se transformasse em “*retrato fiel da cidade*”. A publicidade explica que a cidade era parcialmente conhecida e com o levantamento municipal seria feito o “*retrato de corpo inteiro*”. Esses dados, segundo a propaganda, serviriam para saber quantas pessoas viviam no município e redondezas, quantas crianças existiam em idade escolar em cada bairro, onde deveriam ser construídas novas escolas, quais casas não tinham rede de saneamento básico, entre outras questões, para que a cidade, que completava 60 anos, pudesse ser melhor administrada no futuro:

Tem 60 anos apenas e você já sente, em Belo Horizonte, uma das maiores e mais prósperas cidades da América do Sul. Mas você conhece exatamente Belo Horizonte? A população? A riqueza? O padrão de vida? E os problemas de cada bairro e as necessidades de cada rua? E onde há escolas e onde faltam escolas? Belo Horizonte precisa ser plenamente conhecida para ser melhor admirada... para ser melhor administrada (...) por isso, comemorando o 60º aniversário da cidade, tem início agora um levantamento completo, para obter-se um retrato de corpo inteiro de Belo Horizonte.⁵³

O novo programa de Azevedo foi rapidamente ironizado pelos jornais da cidade, principalmente pela falta crônica de água, fato que urgia solução e incomodava os cidadãos. Nesse contexto, em um sábado, no dia 07 de dezembro de 1957, uma charge ironizou o Serviço de Informações, setor que foi criado dentro do programa do “Censo Municipal”. Nela, um cidadão aparece perguntando para o servidor onde ele poderia encontrar um copo de água.⁵⁴

⁵² *Diário de Minas*, 1 dez. 1957, 13.

⁵³ *Diário de Minas*, 1 dez. 1957, 13.

⁵⁴ *Diário de Minas*, 7 dez. 1957, 1.



Imagem 02. Charge publicada no *Diário de Minas*, 7 dez. 1957. “Será criado na Prefeitura o Serviço de Informações. O Visitante: Onde eu posso encontrar um copo de água?” Hemeroteca Histórica do Estado de Minas Gerais.

No aniversário de 60 anos da capital, 12 de dezembro de 1957, houve a publicação de reclamações sobre a falta de água no município. Várias reportagens, colunas, editoriais, cartas de leitores e charges destacaram a história da cidade, seu planejamento inicial, o crescimento e desenvolvimento dos últimos anos. Entretanto, quase todos os textos fizeram diversas ressalvas aos graves problemas urbanos, principalmente à falta de água nas torneiras dos belo-horizontinos em contraste com as cheias de verão. No dia 10 de dezembro de 1957, dois dias antes do aniversário de Belo Horizonte, foi publicada outra charge que mostra um caminhão pipa da prefeitura, debaixo de uma forte chuva, enquanto um servidor, com água até os joelhos e guarda-chuva, tenta extrair água do veículo.⁵⁵

⁵⁵ *Diário de Minas*, 10 dez. 1957, 1.

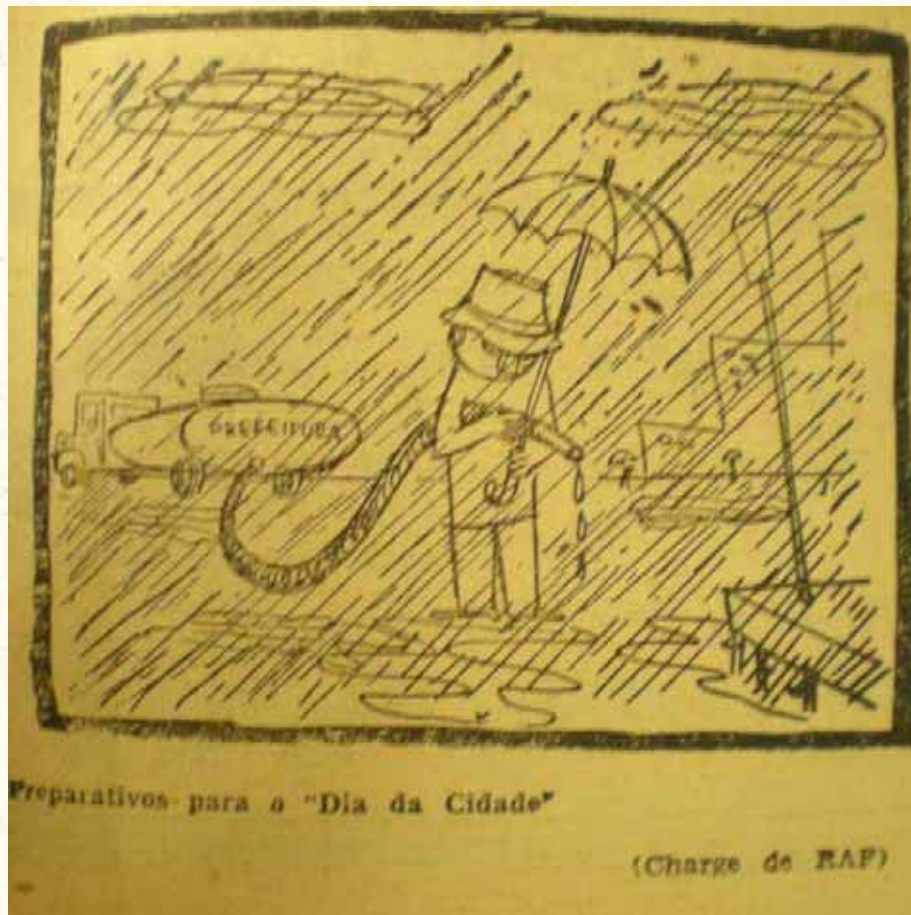


Imagem 03. Charge publicada no *Diário de Minas*, 10 dez. 1957. “Preparativos para o Dia da Cidade”. Hemeroteca Histórica do Estado de Minas Gerais.

A charge sintetiza duas das maiores preocupações dos belo-horizontinos durante todo o período estudado no artigo: as enchentes e a falta d’água. As discussões sobre esses temas ficaram cada vez mais intensas no final da gestão de Azevedo e ocuparam um espaço maior na mídia belo-horizontina e nos documentos oficiais produzidos pela municipalidade. O prefeito acreditava que para a solução desses problemas seriam necessárias várias ações que extrapolavam sua gestão e sua alçada, mas dependiam muito da colaboração dos cidadãos, da capacitação do servidor, da racionalização da estrutura administrativa e do planejamento.⁵⁶

No relatório de 1958, apresentado à Câmara Municipal em janeiro de 1959, o prefeito argumenta que um dos seus principais objetivos foi o de trazer o cidadão para a administração pública, aumentando

⁵⁶ Prefeitura de Belo Horizonte, *Relatório de 1957*, Prefeitura de Belo Horizonte. *Relatório de 1958 apresentado à egrégia Câmara Municipal pelo prefeito Celso Mello Azevedo. Janeiro de 1959*. Relatório (Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1959).

sua participação, para que assim a prefeitura conhecesse melhor os problemas da cidade e como resolvê-los. Para Azevedo, o cidadão não poderia ser *“um simples pagador de impostos”* e teria o papel primordial de conhecer a coisa pública, apontar onde estão os problemas e fiscalizar a municipalidade, possibilitando que um planejamento em longo prazo fosse seguido. Outro objetivo foi o de fazer com que os cidadãos reconhecessem no *“servidor público um representante seu”*. Para isso, o funcionário público devia ser capacitado para atender as exigências da nova realidade da metrópole e a meritocracia deveria ser o método tanto para a entrada do trabalhador na prefeitura, quanto para as promoções em sua carreira.⁵⁷

Outro ponto vital presente nesse relatório e em todos os outros de Azevedo é o movimento pela racionalização da municipalidade e a tentativa de conhecer melhor a cidade para a implementação de um planejamento de longo prazo. Para isso, ele propôs rever o Plano Diretor, o Código de Obras e do Código Sanitário do município, a atualização dos impostos e a dinamização da máquina burocrática para dar mais celeridade aos processos administrativos. Para Azevedo, a condição *sine qua non* para o planejamento era conhecer a cidade, como vimos no Censo Municipal de 1957. Assim, no último ano de seu mandato, em agosto de 1958, Azevedo promoveu outra grande ação nesse sentido: a contratação da Sociedade de Análises Gráficas e Mecnográficas Aplicadas aos Complexos Sociais (SAGMACS) para estudar a estrutura urbana de Belo Horizonte.

A SAGMACS, em seu relatório do estudo, apresentou uma Belo Horizonte em processo de metropolização, que levava ao crescimento das cidades vizinhas e à atração de migrantes do interior do estado. O estudo apresentou as deficiências dos serviços urbanos, água, esgoto, habitação, assistência médica e destacou a precária situação de metade da população belo-horizontina, que vivia em vilas, ou em mendicância nas ruas, em condições consideradas subumanas.

A situação das vilas e favelas piorou drasticamente durante o governo de Azevedo, sendo relatada em seus relatórios durante o período e em matérias de jornal. Em janeiro de 1957, Dom Helder Câmara lamentou em pronunciamento a situação das vilas da capital mineira, dizendo que nelas havia

⁵⁷ Prefeitura de Belo Horizonte, *Relatório de 1958*, 2.

“*violência moral e física sem paralelo no mundo*”. No mesmo pronunciamento, o bispo, que visitou as favelas da cidade, mencionou a precária situação sanitária desses conglomerados, dizendo que “*os seres humanos vivem ali em verdadeiras covas. A mesma água que serve para lavar as roupas é usada para beber*”.⁵⁸ Os jornais publicaram várias outras notícias, em tom de denúncia, mas com termos preconceituosos e reducionistas, como *galinheiros humanos*.⁵⁹

Em relação ao estudo da SAGMACS, sociedade da Ordem Dominicana, era natural a forte menção à situação social dos munícipes. Por isso, a miséria de grande parte da população de Belo Horizonte foi destaque no relatório.⁶⁰ Outro ponto interessante da análise da SAGMACS, que vai ao encontro do estudo de Romero e de Celso Furtado sobre a pobreza da América Latina,⁶¹ foi a inserção dos problemas sociais de Belo Horizonte no processo de desenvolvimento econômico desigual e na urbanização do Brasil.

O estudo aponta para a necessidade de elaborar uma legislação que diminuísse a especulação imobiliária, disciplinasse a expansão urbana e promovesse a “descentralização” de Belo Horizonte, numa época em que a urbanização e as ações do poder público se concentravam nas regiões centrais da cidade, habitada por pessoas de maior poder aquisitivo. No relatório de 1959, Azevedo afirmou que as propostas da SAGMACS definiriam as diretrizes do plano gestor do município contratado em 1961 pelo Prefeito Amintas de Barros à mesma sociedade. Entretanto, o projeto nunca foi implementado.⁶²

Celso Mello de Azevedo participou ainda, junto com o governo federal, da reinauguração da Barragem da Pampulha e do asfaltamento da Avenida Antônio Carlos, em janeiro de 1958. A pavimentação da “*artéria*” foi anunciada com um forte discurso desenvolvimentista, junto com a divulgação do plano de asfaltar 3.000 quilômetros de estradas por todo o estado de Minas Gerais. A

⁵⁸ “Não sei ensinar os 10 mandamentos no ambiente das favelas”, pronunciamento de Dom Helder Câmara. *Diário de Minas*, 24 jan. 1956, 3.

⁵⁹ *Diário de Minas*, 8 e 9 jan. 1958, 8.

⁶⁰ Minas Gerais. Secretaria de Estado do Trabalho e Cultura Popular. *Levantamento da população favelada de Belo Horizonte - dados preliminares* (Belo Horizonte: Departamento de Habitação Popular, 1966); Fundação João Pinheiro, *Saneamento básico*, 175.

⁶¹ Romero, José Luís. *América Latina: as cidades e as idéias* (Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2004), 354-385; Furtado, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 34ª ed. (São Paulo: Companhia das Letras, 2007); _____. *O mito do desenvolvimento econômico* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974).

⁶² Prefeitura de Belo Horizonte, *Relatório de 1958*.

partir desse momento, as obras de pavimentação asfáltica em Belo Horizonte foram anunciadas, em notícias de jornais e documentos oficiais, com um viés desenvolvimentista e de embelezamento urbano. O asfalto e o automóvel tornaram-se sinônimos do progresso e os projetos urbanísticos a partir daí tiveram esses elementos como protagonistas.⁶³

Na mesma solenidade, o Presidente Juscelino Kubitschek prometeu voltar à capital mineira, ainda durante seu mandato, para inaugurar o “*novo serviço de abastecimento d’água*”, o sistema da Adutora do Rio das Velhas, que supriria as necessidades da capital até o momento em que ela atingisse dois milhões de habitantes.⁶⁴ Porém, como já mencionado, a obra encontrou uma série de percalços, dentre eles vaidades e rixas políticas, e só ficou pronta em 1973. Com o atraso da obra e o consequente aumento do déficit no abastecimento de água, o líquido tornou-se cada vez mais presente nos discursos políticos na capital mineira, tornando-se um dos maiores catalisadores de votos e de popularidade para os membros da administração pública municipal, estadual e federal. Esse processo, bem como a escalada do populismo em torno do precioso líquido, ficou mais evidente nas gestões de Amintas de Barros (1959-1962) e Jorge Carone Filho (1963-1965).

A gestão de Amintas de Barros (1959-1963): governança da água e escalada do populismo.

Celso Mello de Azevedo sofreu a sina de quase todos os prefeitos do período aqui estudado: começou com grande popularidade, mas terminou seu mandato com fortes críticas por parte dos cidadãos. Por isso, os candidatos a prefeito, em outubro de 1958, fizeram de tudo para não ter o apoio de Azevedo. Renato Falci, que poderia ser considerado o candidato da situação, fez forte campanha nos jornais dizendo que não contava com o suporte da atual gestão. O próprio prefeito, a pedido da coligação de Falci, declarou várias vezes que não apoiava ninguém. Entretanto, a campanha de Amintas de Barros, candidato pela terceira vez, publicou várias vezes nos jornais uma propaganda com os seguintes dizeres:

⁶³ *Diário de Minas*, 16 jan. 1958, 4-14.

⁶⁴ *Diário de Minas*, 16 jan. 1958, 4-14.

“*Renato Falci é o candidato de Celso Azevedo*”. Essas propagandas não eram assinadas e vinham com os seguintes dizeres: *colaboração de amigos de ambos*.⁶⁵

Numa campanha repleta de ataques pessoais, fraca discussão política e acusações por parte da igreja e de associações anticomunistas de que os candidatos, entre eles os favoritos Falci e Amintas, seriam “*amigos dos camaradas*”.⁶⁶ As propostas convergiam para a solução dos graves problemas da cidade, principalmente a água. Essa questão, segundo os jornais e os candidatos, estaria resolvida após a inauguração da Adutora do Rio das Velhas, fato que deveria acontecer durante a gestão do prefeito que seria eleito nas eleições de 1958.⁶⁷

Apesar do otimismo dos candidatos e da mídia em relação à solução definitiva do problema do abastecimento, Lincoln Continentino fez, mais uma vez, críticas ao projeto no ápice da corrida eleitoral em Belo Horizonte. Segundo o sanitarista, o Rio das Velhas não foi a melhor escolha para o problema de abastecimento da cidade por ser um manancial que apresentava “*um inconveniente de ser bastante poluído*” pelas indústrias, pelo desmatamento em suas margens e pelas cidades que cresciam em toda sua extensão. Outro ponto apontado por Continentino foi a necessidade da total substituição da rede de água da época, bandeira que levantou desde a gestão de Giannetti, devido ao crescimento dos arranha-céus, das indústrias e da nova demanda da cidade. Portanto, não bastava concluir a adutora, era preciso substituir toda a tubulação de Belo Horizonte nos pontos em que já havia distribuição e levar o líquido para os locais em que não havia água.⁶⁸

Em outubro de 1958, Amintas de Barros foi eleito prefeito de Belo Horizonte. Em uma de suas primeiras declarações como chefe da municipalidade, disse que seria “*prefeito de todos*” e teria a captação do Rio das Velhas como uma de suas prioridades.⁶⁹ Suas primeiras entrevistas aos jornais após o resultado das eleições possuíam um forte tom populista e bem dirigido à parcela mais pobre da

⁶⁵ *Diário de Minas*, 1 out. 1958, 8-14.

⁶⁶ *Diário de Minas*, 1 out. 1958, 14.

⁶⁷ *Diário de Minas*, 2 out. 1958, 4.

⁶⁸ Rio das Velhas não foi a melhor solução para o problema do abastecimento de Belo Horizonte. Entrevista de Lincoln Continentino ao jornal *Diário de Minas*. *Diário de Minas*, 7 out. 1958.

⁶⁹ *Diário de Minas*, 12 out. 1958.

população belo-horizontina. Essa forma de discurso seria a marca de toda a gestão de Amintas, que tinha quase obsessão em divulgar seus atos, principalmente através de imagens. Por isso, a produção fotográfica oficial da prefeitura de Belo Horizonte cresceu sensivelmente a partir de seu mandato.

Essas fotografias oficiais estão reunidas no Fundo da Assessoria de Comunicação Social (ASCOM) do APCBH. Esse acervo possui cerca de 300.000 negativos de fotografias oficiais da Prefeitura de Belo Horizonte e grande parte dessas imagens é dedicada a obras de canalização de córregos e de distribuição de água. Dentro desse tema, foram analisadas cerca de 15.000 poses. Os registros de todas as etapas da substituição dos rios pelo asfalto podem ser consultados nesse acervo. O enorme volume de fotos que destacam as canalizações e obras de distribuição de água no período de 1951 – 1975 evidencia a importância que os administradores da cidade davam a essas obras.

Apesar de o setor de fotografia da municipalidade já existir desde, pelo menos, a gestão de Américo Rennê Giannetti, as imagens aumentaram muito de volume na partir da gestão de Amintas. Segundo fotógrafos que trabalharam na prefeitura nesse período, Amintas exigia que fossem tiradas muitas fotos durante eventos oficiais. De acordo com os ex-funcionários, os pedidos eram tão insistentes que frequentemente extrapolavam o estoque de filmes dos fotógrafos. Assim, para evitar uma repreensão, eles tiravam muitas fotos com a máquina vazia.⁷⁰

Durante o governo de Amintas, o problema da falta de água foi considerado o mais grave pelos jornais e pelos vereadores da Câmara Municipal de Belo Horizonte. Numa sexta feira, 27 de fevereiro de 1959, o Diário de Minas entrevistou o vereador João Batista Alves dos Reis. O membro do legislativo foi categórico ao afirmar que a Câmara considerava a água como “*problema magno da legislatura que ora se inicia*”. O vereador continuou dizendo que todos os esforços deveriam ser tomados para a solução do problema:

É necessário arregimentar todas as forças para a equação desse angustiante problema. Desnecessário acentuar a extraordinária repercussão de ordem urbanística, social e industrial, e

⁷⁰ Entrevista com Luiz Souza. Programa Cestas da Memória. Belo Horizonte, Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, jun. 2012. Entrevista concedida a Yuri Mello Mesquita.

sob o ponto de vista da saúde pública e de higienização da cidade, que essa iniciativa representa.

⁷¹

Em seguida, João Reis afirmou que a falta de água era o grande motivo de Belo Horizonte ter grande incidência em gastroenterite. Segundo o vereador, a ausência do líquido “*acarreta dificuldades a higiene pessoal e do meio ambiente, criando condições propícias para a disseminação de doenças*”.⁷² O vereador concluiu dizendo que a solução para o grave problema estaria na captação do Rio das Velhas. Essa obra tornou-se cada vez mais importante para os cidadãos e, por isso, tornou-se uma das principais ações da municipalidade citada nos discursos dos políticos e nos relatórios de prefeitos.⁷³ Nesse momento, os fotógrafos da prefeitura passaram a retratar todas as etapas da construção da Adutora, principalmente as visitas oficiais das chamadas “autoridades públicas”. Amintas de Barros, por exemplo, fez questão de ser constantemente fotografado em suas visitas à obra.

Na imagem abaixo (04), Amintas de Barros inaugurou uma série de fotografias do Fundo ASCOM sobre a obra da Adutora do Rio das Velhas: as fotos tiradas de dentro do encanamento. Essas poses tentam demonstrar a grandiosidade da obra, que a tubulação seria tão majestosa que abrigaria confortavelmente vários membros da administração pública de pé e eles faziam questão de serem retratados assim. Amintas, nessas fotografias, sempre aparece em posição de destaque. Às vezes foi fotografado falando e gesticulando, com movimentos corporais que indicavam indagação e cobrança.

⁷¹ *Diário de Minas*, 27 fev. 1959, 5.

⁷² *Diário de Minas*, 27 fev. 1959, 5.

⁷³ Prefeitura de Belo Horizonte. [*Relatório de 1959 apresentado à egrégia Câmara Municipal pelo prefeito Amintas de Barros. Fevereiro de 1960.*](#) Relatório (Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1960).



Imagem 04. Adutora do Rio das Velhas, obras, 24/04/1960. Prefeito Amintas de Barros 1º à direita (com o terno nas costas); 3º da direita para esquerda: Mário Reis (de bigode). Fundo: ASCOM/Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.



Imagem 05. Adutora do Rio das Velhas, obras, 24/04/1960. Da esquerda para direita: 3º Mário Reis; 4º Prefeito Amintas Barros; 6º Geraldo Magela (de terno preto); 7º Geraldo Fonseca. Fundo: ASCOM/ Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.

Na imagem acima (05), na visita de um representante do Governo Federal às obras da Adutora do Rio das Velhas, temos outro tema recursivo do Fundo ASCOM, que é a presença de vários membros da administração pública municipal, estadual e federal em visitas à obra. Essas imagens são carregadas de intencionalidade e cada gestão possui um foco diferente. No caso de Amintas havia uma clara intenção eleitoral, e ele fazia questão de ser mostrado trabalhando para a solução do principal problema de Belo Horizonte, a falta de água. Também queria ser mostrado como um homem simples e de família, como qualquer cidadão, que trabalhava para a realização de um objetivo coletivo. Por isso, foi muito fotografado ao lado de sua mãe, dona Honorina de Barros, católica devota, que teve papel de destaque na construção da imagem pública de seu filho.



Imagem 06. Festival da criança no Parque Municipal, 26/06/1960. Da esquerda para a direita, 2º Amintas de Barros, 3º Honorina de Barros. Fundo: ASCOM/ Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.

Outro protagonista das fotografias da ASCOM a partir da gestão de Amintas de Barros foi o asfalto. As imagens de ampliação da malha asfáltica tornaram-se cada vez mais comuns e, conseqüentemente, as fotos de canalização de córregos e da construção de uma rua de asfalto por cima dos rios também aumentaram de volume. O asfalto foi retratado passando por cima de tudo, árvores, casas, trilhos de bondes e rios e afirmou-se a partir dos anos 1960 como símbolo do progresso na capital. Nesse momento, o natural era o caminho do desenvolvimento, dos tratores abrindo ruas, do meio físico sendo transformado, dos encanamentos de água que cortavam e perfuravam montanhas e do asfalto, que passou a ser usado, inclusive, como elemento de embelezamento urbano. Não havia tempo para a contemplação da paisagem, ela deveria ser aproveitada em nome do progresso, o caminho natural a ser seguido.



Imagem 07. Recomposição do asfalto da Avenida Pedro II. 04/1961. Fundo ASCOM/ Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.



Imagem 08. Asfaltamento na Rua Grão Mogol – 25/06/1960. Fundo ASCOM/ Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.

Dessa forma, a natureza apareceu, nas fotos da ASCOM nesse período, como terreno a ser conquistado, a ser tomado pela marcha do progresso urbano. Muitas fotos demonstraram o antes e o depois dos projetos urbanísticos, mostrando primeiro um terreno vazio com a presença de projetistas e técnicos. Depois mostravam as obras em suas diversas etapas e, finalmente, a inauguração com a presença dos membros da administração pública. O natural, muitas vezes foi “desnaturalizado”, principalmente em relação aos rios cada vez mais sujos. Esses cursos de água foram retratados como depósitos de lixo, feios e assoreados. Na foto a seguir, por exemplo, foram tiradas fotos do Rio Arrudas antes de ser desviado para a ampliação da Avenida Tereza Cristina.



Imagem 09. Rio Arrudas, 25/06/1960. Fundo ASCOM/ Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.

A historiadora Emily Story analisou diversas fotografias, reportagens e relatórios sobre a construção de Brasília, no final da década de 1950, e, por meio da análise desses documentos, defendeu que, para os idealizadores da nova capital federal, o “natural” seria o progresso, o asfalto e os tratores que abriram a cidade. O cerrado, que Lúcio Costa intencionalmente deixou em várias partes da nova capital federal, seria agora um componente do cenário urbano, um adorno. O interior “vazio” do Brasil deveria ser conquistado e integrado à vida nacional e só assim o país atingiria o seu enorme potencial. Portanto, no projeto desenvolvimentista capitaneado por Juscelino e Israel Pinheiro, o caminho “natural” para o Brasil seria o desenvolvimento.

Ao compararmos a documentação de Belo Horizonte com a análise de Emily Story, podemos perceber vários elementos em comum entre Brasília e Belo Horizonte. Na capital mineira foi comum a *desnaturalização* do rio e a *naturalização* do asfalto, que, além de trazer o progresso, seria meio embelezador para cidade. Não se pode ignorar que Juscelino foi prefeito de Belo Horizonte e governador de Minas Gerais, portanto elementos do seu projeto desenvolvimentista, bem como a clara preferência ao automóvel nesse projeto, foram implementados primeiro em Minas Gerais.⁷⁴

Parte dessas fotografias foi publicada em jornais e revistas da capital. Em muitos casos, as imagens saíram nas chamadas “matérias pagas”. Essas peças jornalísticas eram publicadas com tom muito elogioso à administração pública e eram bancadas pela municipalidade. Geralmente não havia nenhuma sinalização de que as matérias foram encomendadas e vinham na mesma fonte e diagramação dos jornais em que foram publicadas, podendo confundir os leitores mais desatentos. Algumas dessas matérias foram pagas por notas promissórias que podem ser consultadas nos documentos do Acervo Fazendário no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, que, em alguns casos, anexam a reportagem no recibo de pagamento. Amintas de Barros utilizou muito desse artifício durante sua gestão, com um crescente tom populista, visando também fortalecer sua candidatura para deputado.

⁷⁴ Story, Emily. *Constructing Development: Brasília and the Making of Modern Brazil*. Dissertation for the degree of Doctor of Philosophy in History (Nashville: Faculty of the Graduate School, Vanderbilt University, mimeo, 2006).

Entretanto, mesmo com todo o esforço em ganhar popularidade, a imagem de Amintas sofreu muito com a falta de água, agravada pelo atraso na Adutora do Rio das Velhas. A obra, prometida por Juscelino Kubitschek para ser inaugurada no dia 30 de janeiro de 1960 como o último ato de sua presidência, tornou-se cada vez mais complicada, principalmente pela dificuldade em se perfurar o túnel do Taquaril e pela escassez de recursos financeiros. Por isso, a falta de água aumentou, assim como as críticas à gestão do prefeito Amintas de Barros.

Os cidadãos ficaram pessimistas com a solução do problema de abastecimento pelo atraso nas obras da adutora, bem como pela inoperância na construção da nova rede de água da cidade, condição imprescindível para a solução desse problema. Além disso, os córregos de Belo Horizonte se tornaram cada vez mais poluídos. O ribeirão Arrudas tinha situação lamentável, cada vez mais saturado pelos detritos, estava sujo, com muita terra e lixo acumulados em suas margens. Com isso, as enchentes se tornaram mais frequentes, como a ocorrida no dia 10 de janeiro de 1962, quando córregos da cidade, principalmente o Córrego do Leitão e o Rio Arrudas, transbordaram após fortes chuvas. Cerca de dez pessoas morreram, 3 delas na queda de um barranco, que atingiu um barraco, próximo ao número 4700 da Avenida Amazonas. Além disso, centenas de famílias perderam seus lares em várias vilas pela cidade e nas proximidades dos córregos, que continuavam a ser habitados por barracões improvisados.⁷⁵ Nesse cenário de calamidade sanitária, muitas pessoas continuavam a ser contaminadas pela gastroenterite, que matou mais de 56 crianças em uma semana no final de 1961 em Belo Horizonte.⁷⁶

Uma das soluções para a falta de dinheiro para a construção da Adutora do Rio das Velhas seria a obtenção de financiamento junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Em agosto de 1962, a prefeitura solicitou junto ao BID um empréstimo no valor de 18,5 milhões de dólares.⁷⁷ Para transferir o recurso, o órgão de desenvolvimento exigiu que o Departamento de Água de Esgotos

⁷⁵ “Chuva veio para valer”; “Temporal provocou três mortes”; “Inundações e desabamentos ontem em Belo Horizonte,” *Diário de Minas*, 11 jan. 1962, 1-3.

⁷⁶ *Diário de Minas*, 12 e 13 dez. 1959, 2 e 5; *Diário de Minas*, 19 dez. 1959, 1; *Diário de Minas*, 3 jan. 1960, 1; “Gastro alarma governo,” *Diário de Minas*, 29 dez. 1961, 2; “Gastro matou mais 56 crianças em uma semana em Belo Horizonte,” *Diário de Minas*, 19 dez. 1961.

⁷⁷ Fundação João Pinheiro, *Saneamento básico*, 179.

obtivesse autonomia em relação à prefeitura. Com isso, os técnicos do DAE propuseram ao prefeito que fosse criada uma autarquia responsável pela política de saneamento do município. Amintas de Barros não aprovou a proposta, pois com isso perderia o controle da gestão da água no município, para ele a maior fonte de votos para se eleger como deputado, e assim o empréstimo não foi obtido.⁷⁸

Com isso a prefeitura ampliou seu recurso mais prático, a “manobra”. Os reservatórios eram fechados durante a noite para que enchessem e eram “manobrados” para distribuir água para as diferentes regiões da cidade em períodos diferentes do dia.⁷⁹ Esse recurso extremo gerava um problema, os funcionários da municipalidade que eram instruídos para manobrar a rede acabavam, em alguns casos, fazendo isso por conta própria, favorecendo algumas regiões em detrimento de outras. Os motivos desses funcionários são vários. Alguns queriam beneficiar a região em que viviam, ou recebiam dinheiro de moradores e comerciantes de determinados bairros para que mais água fosse destinada para as regiões que pagavam. Além disso, havia a distribuição de água pelos caminhões-pipa da prefeitura. Esses veículos foram apelidados de “manobreadores” pelos cidadãos. Esse recurso foi largamente utilizado na gestão seguinte, de Jorge Carone, através do programa “Água para as Favelas”.⁸⁰

A gestão de Amintas de Barros foi caracterizada pela escalada do populismo⁸¹ e pela acentuação do problema do abastecimento de água, devido ao célere crescimento de Belo Horizonte e região e aos atrasos nas obras de saneamento.

⁷⁸ Entrevista com N. Vianna e D. Vianna, 5 jun. 2009.

⁷⁹ Vianna, *Belo Horizonte*, 91.

⁸⁰ Entrevista com N. Vianna e D. Vianna, 5 jun. 2009; Vianna, *Belo Horizonte*, 76-89.

⁸¹ O populismo, segundo Gomes, é um conceito difícil de definir por possuir alto grau de compartilhamento e plasticidade, tendo transcendido o espaço acadêmico e marcando o que poderia ser chamado de cultura política nacional. Além disso, o conceito está presente na mídia de massa, que alcunha de populistas os políticos que enganam o povo com promessas nunca cumpridas ou que usam retórica simples para governar com interesses pessoais. O conceito também significou, nos anos 1950-1960, práticas políticas que eram caracterizadas pela existência de uma massa de trabalhadores passivos, manipulados, sem consciência de classe, que veneram um líder carismático e autoritário. Por isso, a matriz clássica desse conceito pode conter conotação pejorativa e desqualificadora, que poderia estigmatizar os trabalhadores. Por causa desses fatores, alguns autores, como Ângela de Castro Gomes e Daniel Aarão Reis Filho, defendem que ele deve ser abandonado ou substituído por outros conceitos, como trabalhismo. Outra corrente historiográfica tende a pensar o conceito de populismo como um sistema político em que há disputas, negociações e reciprocidade entre as diferentes classes ou atores sociais. Assim, não existe apenas manipulação ou imposição de cima para baixo, mas sim um “jogo político” de mão-dupla, sem um modo fixo de atuação e com um vasto arsenal retórico. O populismo, nessa corrente, pode ocorrer num momento de crise de hegemonia, quando as demandas não atendidas por parte dos trabalhadores são articuladas por alguma classe ou fração de classe, representada por um líder carismático, contra o bloco de poder dominante, em uma situação de crise deste. Sobre o conceito ver: Gomes, Ângela de Castro. “O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito,” *Tempo*,

Com a escassez do líquido desenvolveu-se um comércio clandestino de água. Muitas pessoas, donas de carroças, camionetes e caminhões, enchiam seus tambores e veículos e vendiam o líquido de casa em casa. Todavia, essa água não tinha controle de origem e era coletada das mais diversas fontes, como dos próprios córregos poluídos da capital. Alguns manobreiros da prefeitura, que deveriam levar água para as regiões mais necessitadas, aceitavam propinas e distribuíam água para quem pagasse mais, acentuando a seca dos bairros mais pobres. Esse processo reforçava a discrepância entre as regiões da capital mineira. Enquanto a Centro-Sul possuía um abastecimento mais regular, outras regiões, como a Leste, quase não viam uma gota do líquido, mesmo com a grande densidade demográfica que possuíam.

Água para as Favelas: a gestão de Jorge Carone Filho (1963 – 1965) e o auge do populismo nas políticas de distribuição de água.

Jorge Carone Filho, candidato pelo Partido Republicano, foi eleito prefeito de Belo Horizonte em outubro de 1962. Sua campanha eleitoral trazia frases de efeito como *“Carone realiza mesmo!”*,⁸² que mais tarde seria usada em placas na maioria das obras de sua gestão e em faixas distribuídas para moradores de vilas e favelas em Belo Horizonte para serem fotografados pelos funcionários da municipalidade.⁸³ Jair Negrão de Lima, do Partido Social Democrata, foi eleito vice-prefeito.

Em seu discurso de posse, proferido na Prefeitura no último dia de janeiro de 1963, Carone prometeu *“humanizar a cidade”* e governar para o homem que trabalha, *“do mais humilde operário ao mais abastado comercial”*. Após citar os pontos positivos de Belo Horizonte, que seria uma das mais importantes cidades da América Latina e polo da economia e política de Minas Gerais, o líder da municipalidade discorre sobre seus vários aspectos negativos:

Belo Horizonte já conta com todos os graves problemas de uma grande metrópole. Metade de sua população vive abaixo do mínimo exigível, no que se refere à moradia, alimentação, educação,

Rio de Janeiro, 1, 2 (1996): 31-58. Batistella, Alessandro. “Um conceito em reflexão: o ‘populismo’ e a sua operacionalidade,” *Revista Latino-Americana de História*, Edição Especial – Lugares da História do Trabalho, 1, 3 (mar. 2012).

⁸² *Estado de Minas*, 4 out. 1962; Siqueira, Daniela Giovana. *Cenas de um horizonte político: O ano de 1963 e a produção de cinejornais a serviço de uma administração municipal na capital de Minas Gerais*. Dissertação de Mestrado em História (Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007), 43.

⁸³ Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.. Fundo ASCOM.

saúde e transportes. A cidade cresce, é verdade, e suas ruas e avenidas enchem-se de prédios suntuosos, mas, ao mesmo tempo, crescem, em progressão alucinante, as suas favelas, que são a tragédia social de nosso tempo, e cuja solução pode vir por meio de uma profunda reforma de estrutura que a nossa geração está no dever de realizar.⁸⁴

Logo nos primeiros dez dias de sua gestão, Carone realizou ações para tentar melhorar o trânsito da capital, liberou verbas para intervenções na Avenida Antônio Carlos, Avenida Amazonas e Rua Mauá. Paralelamente, prometeu aumentar o orçamento para os serviços de água, incluindo a abertura de poços artesianos, e iniciou combate às ligações clandestinas de água no município.⁸⁵ Esse início de gestão serve para exemplificar o que viria a seguir: um governo marcado pela realização de obras que privilegiaram o trânsito, canalizações e pequenas ações no abastecimento de água. Grande parte desses atos foram realizados e divulgadas com forte tom populista. Exemplo disso são os cine jornais encomendados pela municipalidade e as fotografias oficiais reunidas no acervo ASCOM/APCBH.

As obras de canalização, exemplificadas pelas duas fotos da Rua Professor Moraes a seguir, em maio de 1965, ganharam mais *status* e foram mais divulgadas em jornais e nos relatórios. A partir da gestão de Carone, as fotografias oficiais da municipalidade sobre esse tema aumentaram muito de volume. As fotos eram tiradas durante todas as etapas da obra, principalmente durante as visitas dos membros da municipalidade.

⁸⁴ *Diário de Minas*, 1 fev. 1963, 4.

⁸⁵ *Diário de Minas*, 3 fev. 1963, 2; *Diário de Minas*, 6 fev. 1963, 3; *Diário de Minas*, 7 fev. 1963, 2; *Diário de Minas*, 8 fev. 1963, 2; *Diário de Minas*, 9 fev. 1963, 2; *Diário de Minas*, 10 fev. 1963, 4.



Imagem 10. Canalização do Acaba Mundo, Rua Professor Moraes. 05/1963. Fundo ASCOM/ Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.



Imagem 11. Canalização do Acaba Mundo, Rua Professor Moraes. 05/1963. Fundo: ASCOM/ Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.

Nos anos de 1960, defendia-se a canalização total, o que representava a extinção do córrego do cenário urbano, que daria lugar para uma camada de asfalto, agora símbolo de urbanização, embelezamento e progresso.

O asfalto, portanto, deveria abrir o caminho para o progresso a qualquer custo. A rua que se vislumbrava deveria ser mecânica, destinada ao automóvel, sem que pedestres, árvores ou córregos atrapalhassem o ir e vir barulhento dos carros. Ato paradigmático dessa vertente foi a derrubada dos fícus da Avenida Afonso Pena, justificada pelo próprio Jorge Carone como medida necessária para melhorar o trânsito de veículos na principal via de Belo Horizonte.

Duarte mostra como o corte desses fícus, iniciada na madrugada do dia 19 para o dia 20 de novembro de 1963, não foi um ato isolado na mudança da arborização da cidade. Naqueles meses e ao longo de toda a década de 1960, muitas outras vias tiveram sua arborização derrubada visando seu alargamento, numa época em que a frota de carros particulares em Belo Horizonte, como em todo o Brasil, cresceu imensamente. Todavia, o corte dos fícus da Afonso Pena foi o evento mais largamente debatido nesse processo, criticado como atitude arbitrária da PBH, mas também elogiado como medida necessária devido ao rápido desenvolvimento da capital e até como alívio pela praga de insetos tripés, apelidados pelos cidadãos como *amintinhas*.⁸⁶

Poucos dias após a derrubada dos fícus, Belo Horizonte sofreu mais uma vez com as enchentes. No dia 2 de dezembro de 1963, fortes chuvas caíram sobre toda urbe, causando o transbordamento dos rios por toda a cidade. Os locais mais atingidos foram, mais uma vez, as vilas e favelas mais pobres da capital mineira, com um saldo de vários barracões levados pelas enxurradas, que desciam morro abaixo.

⁸⁷ A chuva veio em uma semana de altas temperaturas na capital mineira e, para aliviar o calor, várias crianças foram fotografadas pelo jornal Diário de Minas nadando nas ruas alagadas, alheias às doenças gastrointestinais que continuavam a bater recordes na capital de Minas Gerais.

⁸⁶ Duarte, Regina Horta. “À sombra dos fícus: cidade e natureza em Belo Horizonte,” *Ambiente & Sociedade*, Campinas, X, 2 (jul.-dez. 2007): 3.

⁸⁷ *Diário de Minas*, 03 dez. 1963, 7.

Em uma dessas fotografias, publicada pelo Diário de Minas no dia 03 de dezembro, com o título *“Piscina de pobre é poça”*, foram retratados dois meninos se divertindo em uma rua alagada de Belo Horizonte. No texto que acompanhou a imagem, o jornal relatou o fato inusitado: *“Poucos minutos de chuva forte deram ontem aos meninos pobres de Belo Horizonte a alegria de nadar numa cidade sem rio”*.⁸⁸ Essa frase, redigida em uma época em que quase todos os córregos de Belo Horizonte ainda faziam parte do cenário urbano da capital, demonstra como que os rios eram completamente ignorados, ou relegados à condição de “esgotos” na capital mineira.

Apesar de sobrar água nas alagadas ruas do município, a situação do abastecimento estava cada vez pior, principalmente nas vilas e favelas que, em sua maioria, não possuíam nenhum serviço de saneamento provido pela municipalidade. No primeiro ano de seu governo, Carone realizou uma série de pequenas intervenções para amenizar a crise do abastecimento de água, como a realização de um edital público para a abertura de 150 poços artesianos em Belo Horizonte e a construção de cerca de 5.000 metros de novas redes d’água.⁸⁹ Todavia, essas medidas tiveram pouco resultado prático e o déficit no abastecimento só aumentou. Parte dessas intervenções foi realizada dentro dos programas “água para as favelas” e “água para o povo”, que compreendiam em uma série de ações para amenizar a ausência de água nas regiões mais pobres da capital. Essas intervenções foram amplamente documentadas pelos fotógrafos do município e divulgadas com um forte tom populista. A imagem a seguir retrata uma criança com uma lata d’água na cabeça descendo uma rua onde estavam sendo instalados canos que levariam água de um poço artesiano para torneiras comuns na vila. O fotógrafo escolheu o momento propício para a foto, justamente quando a menina passava ao lado da placa com os dizeres “Água para o Povo” “Carone realiza mesmo”, talvez com a intenção de mostrar que, assim que as obras forem concluídas, essa viagem, longa e cansativa, de busca pelo precioso líquido acabaria.

⁸⁸ *Diário de Minas*, 03 dez. 1963, 1.

⁸⁹ Prefeitura de Belo Horizonte. *Relatório de 1963 apresentado à egrégia Câmara Municipal pelo prefeito Jorge Carone Filho. Fevereiro de 1964*. Relatório (Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1964).



Imagem 12. Água para as favelas, dezembro de 1963. Fundo ASCOM/ Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.

Outra medida paliativa para amenizar a ausência de água potável para as vilas e favelas foi à compra de carros pipa. Esses caminhões, encomendados pelo Departamento de Bairros Populares, deveria fazer atendimento domiciliar, levando água onde não havia. Em uma matéria paga, publicada no Diário de Minas, no dia 4 de dezembro de 1963, comemora-se a iniciativa que faria parte de um:

plano idealizado e executado em favor da população favelada, que, em 1963, viu atendidas as reivindicações no que se refere à água, através de um programa que abrangeu a perfuração de poços artesianos, construção de caixas e reservatórios e canalização⁹⁰

Segundo a mesma reportagem, o veículo comprado trabalharia em três turnos e ficaria destinado exclusivamente ao abastecimento das vilas onde era falho o fornecimento de água e atenderia em caráter de emergência.⁹¹ A imagem abaixo demonstra o veículo comprado em ação, estacionado em uma favela, com pessoas enchendo suas latas no caminhão. O veículo possuía a inscrição “Água Para as Favelas”

⁹⁰ *Diário de Minas*, 4 dez. 1963, 7.

⁹¹ *Diário de Minas*, 4 dez. 1963, 7.

“D.B.P., Departamento de Bairros Populares”, inclusive com o nome de seu diretor, Raimundo Tinti, além do nome do prefeito, reforçando o caráter personalista da gestão Carone.

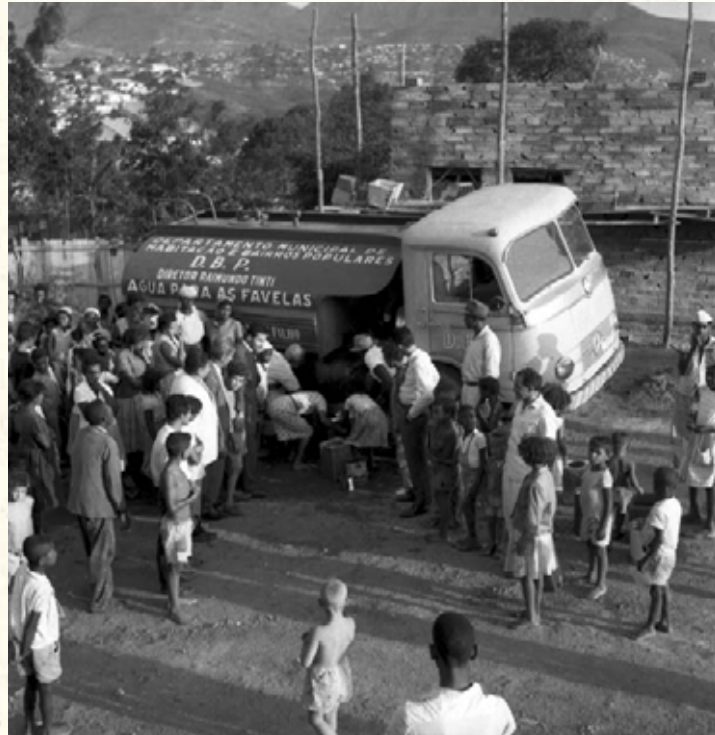


Imagem 13. Caminhão pipa em favela, dezembro de 1963. Fundo ASCOM/ Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.

Em outra imagem do programa “Água para as Favelas”, disponível no fundo ASCOM do APCBH, percebe-se a chegada do material de perfuração de um poço artesiano em uma vila, que contou com a curiosidade de dezenas de moradores que foram conferir o início das obras. A imagem enquadrou ainda duas faixas. Uma delas possuía os dizeres: *“Carone prometeu, Carone cumpriu: Água para Belo Horizonte. Salve o nosso grande prefeito Carone”*.



Imagem 14. Água para as favelas, dezembro de 1963. Fundo: ASCOM/ Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.

Essas medidas foram insuficientes para amenizar a péssima situação sanitária das favelas, pois os poços artesanais e os caminhões pipa não davam conta da crescente demanda. Pela escassez de água, e o excesso de domicílios para atender, alguns motoristas da prefeitura comercializavam a água do caminhão em troca de dinheiro ou favores de moradores, como lanches, móveis, entre outros.⁹² Isso provocava uma triste realidade, a água que deveria ser distribuída em situação emergencial para quem mais necessitava em muitos casos não chegava ao seu objetivo, reforçando ainda mais a desigualdade do acesso ao líquido em Belo Horizonte e aumentando o comércio irregular de água, que se tornava mais comum na medida em que a situação do abastecimento piorava. Mesmo sendo pouco efetivo, o programa “água para as favelas” é símbolo da importância política da água em Belo Horizonte nos anos 1960 e foi largamente utilizado por Carone para se promover politicamente.

⁹² Por várias vezes denúncias foram feitas contra os manobreiros da municipalidade. Essas reclamações eram feitas pelos cidadãos, aos jornais e à corregedoria do município que, geralmente, julgava as reclamações improcedentes. Em dezembro de 1960, a corregedoria não aceitou as denúncias de cobrança de dinheiro por parte dos manobreiros, alegando que eles eram “motoristas de excelente folha de serviço”. *Diário de Minas*, 2 dez. 1960, 5.

A única solução plausível para a crescente falta d'água do município era a conclusão da Adutora do Rio das Velhas. Para continuar as obras, a prefeitura anunciou, em maio de 1963, um empréstimo junto ao Governo Federal de três bilhões de cruzeiros. Todavia, esse dinheiro nunca foi liberado, provavelmente devido à delicada situação política do Presidente da República, João Goulart, aliado de Carone, e do golpe militar de março de 1964.⁹³

Com o recrudescimento da falta de água, aumentaram, também, as críticas, muitas delas encomendadas pelo governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, desafeto político de Jorge Carone Filho.⁹⁴ A prefeitura passou a conviver diariamente com a forte oposição da imprensa e da Câmara dos Vereadores. No final de janeiro de 1964 o vereador Henrique Novais, após pedir, sem fundamento, o impeachment do prefeito, foi à prefeitura assistir a um leilão e sofreu forte repreensão de Carone, que supostamente agrediu o membro do legislativo com um soco. Com o golpe militar e o apoio de Magalhães Pinto aos golpistas, a situação de Jorge Carone Filho ficou insustentável.⁹⁵

No final de janeiro de 1965, uma forte chuva de granizo caiu em Belo Horizonte, com um saldo de inundações, desabamentos, e centenas de desabrigados e feridos. No centro, o córrego do Acaba Mundo transbordou, atingindo a portaria de edifícios. A lagoa do Parque Municipal inundou, ilhando crianças que brincavam nos jardins. As Vilas, mais uma vez, foram as mais atingidas. Vários barracões ruíram na Vila União e a enxurrada levou embora os pertences de várias famílias. Os jornais do dia 26 de janeiro de 1965 mostraram um cenário desolador, com ruas alagadas e enlameadas, casas ruídas, enxurradas, bueiros entupidos, desespero de famílias e enormes buracos nas vias públicas. O caderno DM2 do Diário de Minas resumiu a situação da seguinte maneira:

Domingo foi um dia triste para Belo Horizonte – e como esses dias tristes têm se repetindo: a chuva não deixou ninguém rir, ninguém brincar, e já é quase carnaval. Carros afogados nas águas, destroços levados pela enchente, Belo Horizonte inteira – que é toda montanha - de repente transformada em mar.⁹⁶

⁹³ Fundação João Pinheiro, *Saneamento básico*, 180.

⁹⁴ *Diário de Minas*, 31 dez. 1963, 13.

⁹⁵ *Diário de Minas*, 31 dez. 1963, 3.

⁹⁶ *Diário de Minas*, caderno 2, 26 jan. 1965, 1.

A enchente foi símbolo de um final de governo melancólico para Jorge Carone. A cidade, mais uma vez, cresceu muito mais rápido do que se previa e a população se aproximava do número de um milhão de habitantes. Além disso, a prefeitura não contava com o apoio dos governos Federal e Estadual, causando uma crise financeira e a interrupção de várias obras. Com isso, a situação estrutural da cidade piorou. Assim, entre bueiros arrebetados, buracos, lixo acumulado pelas ruas, números alarmantes de gastroenterite, enchentes e a velha falta de água, a Câmara de Belo Horizonte se reuniu, devido a forte pressão do governador Magalhães Pinto, em sessão extraordinária no último dia de janeiro de 1965 decretando o impedimento do prefeito e do vice-prefeito de Belo Horizonte. O referido decreto foi composto de apenas um artigo assinado pelo presidente da câmara, vereador Ruy da Costa Val. O argumento do impedimento do executivo de Belo Horizonte não foi claro. Uma decisão que partiu do Governo do Estado, em consonância com os militares de Brasília, foi executada pela Câmara Municipal para ganhar um ar de “democrática”, apesar de representar, de fato, o início de um projeto mais amplo de desenvolvimento, capitaneado pelos militares, na administração municipal de Belo Horizonte.